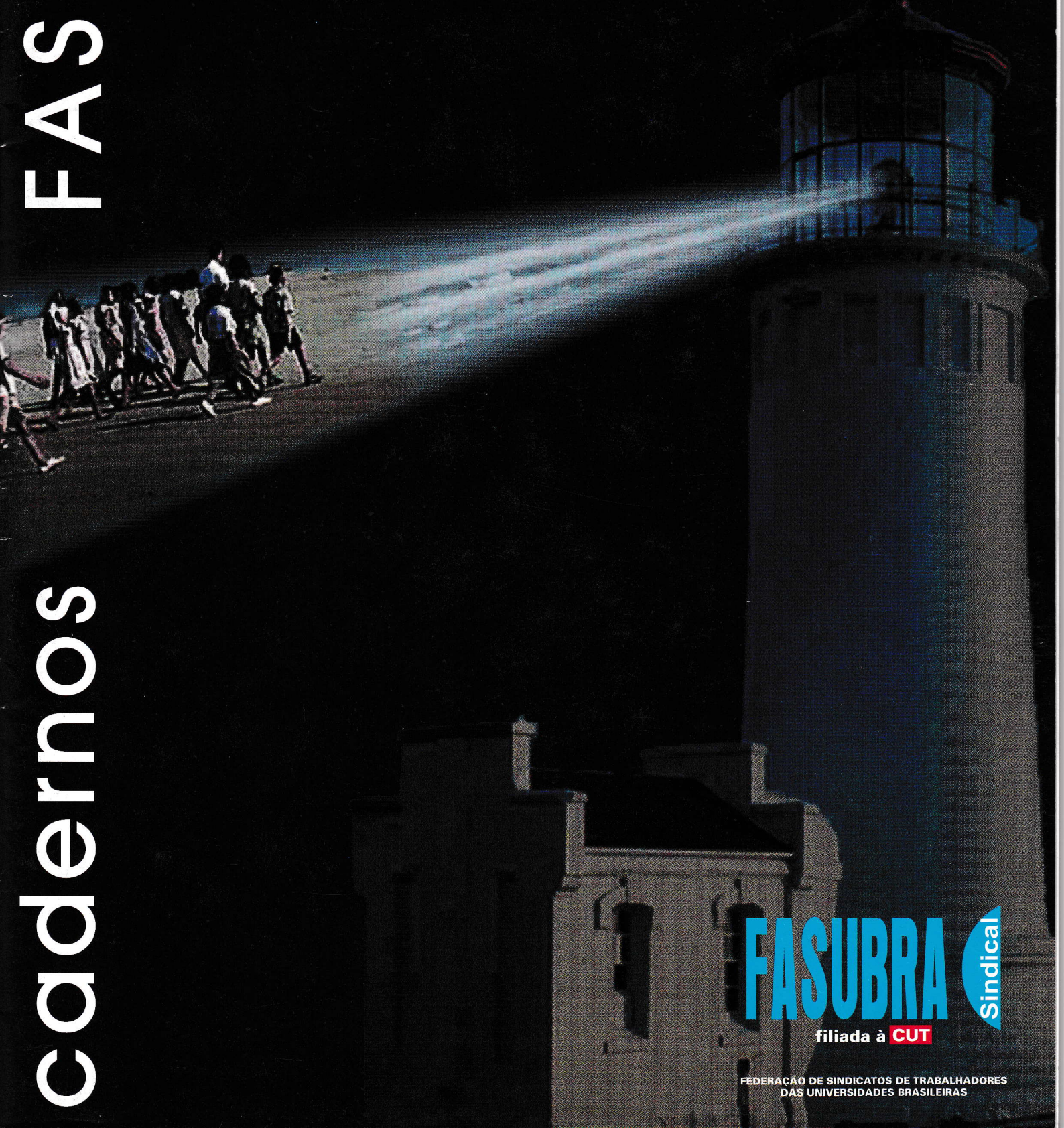


FASUBRA

cadernos

Por uma
Universidade
cidadã para os
trabalhadores



FASUBRA 
filiada à **CUT**

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	05
UNIVERSIDADE E REFORMA: OS ANTECEDENTES	07
CAPITALISMO E UNIVERSIDADE	07
A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	08
A REFORMA UNIVERSITÁRIA DURANTE A DITADURA MILITAR	09
O MOMENTO DA UNIVERSIDADE	10
A NOVA REPÚBLICA E A UNIVERSIDADE	11
EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE	14
A UNIVERSIDADE E A QUESTÃO MULTI-RACIAL	16
CONSTRUINDO UM PROJETO DE UNIVERSIDADE	19
PROJETO: POR UMA UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA OS TRABALHADORES	21
OS PRESSUPOSTOS	22
UNIVERSIDADE E RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO	23
AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: UM PRECEITO CONSTITUCIONAL	24
DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	28
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	30

FEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

- FUNDADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 1978 -

DIREÇÃO NACIONAL

COORDENAÇÃO GERAL

JOSÉ MARIA MOREIRA CASTRO
ROGÉRIO FAGUNDES MARZOLA
LÉIA DE SOUZA OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

APOLINÁRIO ALVES FILHO
HYLTON SOARES MARTINS

COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO

MARIA DA GRAÇA FERRO FREIRE
JOSÉ LUIS PIO ROMERA
PAULO CÉSAR DE SOUZA GUERRA

COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SINDICAL

CENIRA SOARES DA MATTA
CRISTIANO ZENAIDE PAIVA
CARLOS NUNES GUIMARÃES

COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS

JAIR PEREIRA DOS SANTOS
VÂNIA HELENA GONÇALVES

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E ANTI-RACISTAS

NIVERSINA SOARES
JUPIARA GONÇALVES DE CASTRO

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA SINDICAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JORGE AMÉRICO GÓES DE ALMEIDA
JANINE VIEIRA TEIXEIRA

COORDENAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÕES DE TRABALHO

MÁRCIA ABREU DA SILVA
IVAN SANTOS DO CARMO

COORDENAÇÃO DAS ESTADUAIS

FRANCISCO DE ASSIS MENEZES RODRIGUES
ELIZABETE DE JESUS REIMÃO

SUPLENTE

MARCELO ROSA PEREIRA
UMBERTO BASTOS
MARIA EUGÊNCIA LHAN DE ANDRADE
JOÃO EVERALDO DE ARAÚJO
JOSÉ LUIS ROCKENBACH

CONSELHO FISCAL

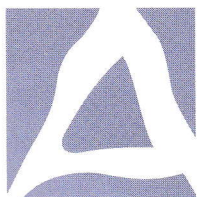
JUMAIR DE ARRUDA RODRIGUES
CÉLIA ABAUNZA
JOSÉ ULISSES VIDIGAL

UnB - PAVILHÃO MULTIUSO - BLOCO C - SALA C-1-07
CEP 70.919-970 - CAIXA POSTAL 04539 - BRASÍLIA - DF

FONES (061) 349.9151/348.2554 / FAX (061) 349.1571

E-MAIL: fasubra@fasubra.com.br - HOME PAGE: <http://www.fasubra.com.br>

APRESENTAÇÃO



FASUBRA Sindical – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, entidade nacional que representa os trabalhadores em educação técnico-administrativos das Universidades Brasileiras, apresenta, como contribuição à reflexão e ao debate, o resultado da construção coletiva que consolidou as diretrizes gerais norteadoras do seu Projeto “POR UMA UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA OS TRABALHADORES”.

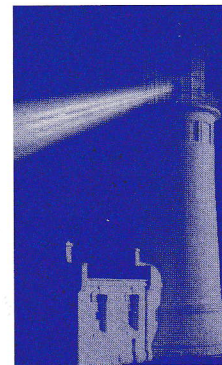
Face à aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, que assegurou o arcabouço jurídico para a implementação de um modelo educacional contrário à educação transformadora, crítica, universal e libertária, o desafio que se apresenta aos trabalhadores remete à necessidade da apresentação e popularização, junto à sociedade, de um Projeto de Universidade que recupere o seu papel social, consolidando os pressupostos necessários para a construção de uma Universidade que, através do ensino, da pesquisa e da extensão, atue de forma comprometida com a superação da exclusão social e com a transformação de nossa sociedade.

Neste contexto de Reforma Global do Estado, uma das ações estratégicas, no embate de projetos em confronto aos ditames do modelo educacional do Banco Mundial para os países da América Latina, o qual, paulatinamente, vem sendo implementado no Brasil, é a consolidação de parcerias com a sociedade civil organizada e o contingente excluído de nosso país, a partir de uma compreensão que garanta o papel social da Universidade Brasileira enquanto espaço da crítica e da demarcação de limites para com a sociedade, que sempre pagou pela sua existência e que esteve, quase todo tempo, dela excluída.

O desafio enfrentado coloca como tarefa central nesta conjuntura adversa aos interesses da maioria da sociedade que se encontra excluída dos mínimos direitos da cidadania: trabalho, educação, saúde, moradia, o desenvolvimento de mecanismos alternativos que possibilitem, de fato, uma interação no campo político e pedagógico com o potencial excluído, organizado em vários movimentos sociais.

A FASUBRA Sindical vem atuando, de forma decisiva, na resistência à privatização e descaracterização da Universidade Brasileira e, com a divulgação deste Projeto, ainda por acabar - o que, para tanto, conta com o envolvimento dos movimentos sociais, da comunidade universitária e do movimento sindical - pretende avançar rumo à concretização de um sonho que foi o exemplo de vida do saudoso Paulo Freire, o qual acreditou na educação enquanto instrumento de libertação do homem.

UM COMPROMISSO DE CLASSE, LIBERTÁRIO E TRANSFORMADOR,
É A BASE DA UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA OS TRABALHADORES.



UNIVERSIDADE E REFORMA: OS ANTECEDENTES

CAPITALISMO E UNIVERSIDADE

As Universidades, surgidas durante o século XII, experimentaram profundas transformações a partir da sociedade capitalista. Até meados do século XX, a Universidade formou principalmente os filhos da alta e média burguesia, destinados a ocupar os altos postos do aparelho estatal, da grande indústria e das forças armadas. A Universidade esteve, então, voltada para um tipo de educação clássica onde a ênfase se deu no desenvolvimento de determinados comportamentos e qualidades capazes de contribuir para a coesão das classes dominantes.

Após a II Guerra Mundial, a sociedade passou por transformações na economia e no Estado, com fortes conseqüências para a Universidade. A crescente complexidade do aparelho estatal, desenvolvendo novas e ampliadas funções, a concentração e a centralização do capital em grandes empresas, e o crescimento do sistema bancário e financeiro provocaram o aparecimento de organizações complexas, aumentando enormemente as oportunidades educacionais para profissionais de nível superior.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capitalismo diminuiu drasticamente as possibilidades de enriquecimento pela formação de um "pequeno negócio", levando o processo de assalariamento aos profissionais liberais, de tal forma que as camadas médias passaram a ver na ocupação de cargos nas burocracias empresariais e estatais o mais importante canal de ascensão social.

A Universidade, diante da necessidade de produzir contingentes crescentes de profissionais técnicos de nível superior, redefiniu o perfil do conhecimento nela produzido. Não se tratava, apenas, de atender às demandas do aparelho econômico ou às pressões das camadas médias, mas de fazê-lo, reproduzindo no trabalho

intelectual, a alienação imperante no trabalho manual: fragmentação, especialização e tecnização do conhecimento.

As Reformas Universitárias tecnocráticas que, desde o pós-guerra, vêm sendo promovidas pelos países imperialistas e dependentes, têm sido tentativas de adequar as Universidades às novas etapas do capitalismo.

No entanto, a economia capitalista, que já dava sinais de esgotamento, chegava nos anos 70, numa de suas maiores crises, pondo fim ao longo período de expansão que os países imperialistas experimentam depois da II Guerra Mundial. Uma nova retomada da economia mundial exigiu, portanto, uma redefinição ainda mais tecnocrática do ensino superior.

As classes dominantes, em dado momento, apresentavam concepções dife-

rentes sobre o sistema de ensino. Por outro lado, não se deve negligenciar as lutas populares pelo acesso à educação e pelo seu controle. A Escola, ou a Universidade em particular, tem especificidades que as tornam diferentes das demais instituições: o conhecimento nelas produzido, transmitido ou aplicado tem, por sua natureza, uma dinâmica imprevisível, capaz de questionar os limites estreitos aos quais as classes dominantes querem reduzi-lo.

A burguesia tem uma posição ambígua em relação à extensão pública da educação: ao mesmo tempo que a reconhece necessária para uma exploração mais eficiente da força de trabalho, precisa evitar os efeitos que uma elevação muito grande dos níveis educativos causariam nas camadas populares.

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Diferente das colônias espanholas na América, onde as primeiras Universidades nasceram no século XVI, o ensino superior no Brasil só surgiu em 1808, com a transferência da Corte Portuguesa para o país. Universidades, todavia, só se conheceria depois das três primeiras décadas da República.

Por mais de 50 anos, os cursos superiores desenvolveram-se muito lentamente. E não poderia ser de outra forma, considerando-se as características agro-exportadoras da economia brasileira e sua débil expansão industrial.

O ensino superior no Brasil só vai conhecer o aparecimento de novos cursos e Universidades e o aumento do número de estudantes a partir dos anos 30, mais notadamente na segunda metade dos anos 50, quando se intensifica o processo de industrialização.

As primeiras tentativas oficiais de formação de Universidades já traziam as linhas gerais da orientação do ensino superior no país:

- 1) a iniciativa estatal, presente na gestão, no financiamento e na garantia de laicidade do ensino;
- 2) o padrão gerador de Universidades, a partir da reunião de instituições isoladas, até hoje predominante;
- 3) a participação do Estado expressa no incentivo ao sistema privado de ensino superior.

Assim, se à época da proclamação da República a rede pública era responsável pela totalidade da oferta de vagas, a rede privada detinha, em 1975, 24 das 63 Universidades e 641 dos 722 estabelecimentos de ensino isolados.

A partir da Reforma Universitária de 1969 há, de um lado, um esforço decisivo na criação de Universidades, fazendo crescer a taxas mais elevadas que as das instituições isoladas e, de outro lado, uma expansão gigantesca de vagas no ensino superior, passando de 27 para 142 mil em cerca de 10 anos.

Dois fenômenos importantes alteraram o quadro do ensino superior naquela fase:

- 1) pode-se dizer que, a partir deste período, que iniciava-se uma integração em larga escala das camadas médias à educação superior;
- 2) o desenvolvimentismo, característica principal da política econômica dos anos 40/50, refletia, também, no ensino superior, provocando uma mudança no papel da Universidade.

O ensino superior passou a ser visto como um fator de desenvolvimento nacional. O grande crescimento e diversificação dos cursos técnicos era um sintoma de que a Universidade começava a desempenhar um novo papel social.

A discussão da Reforma Universitária esteve presente em todo o período. O crescimento do contingente universitário e a mudança na composição social da Universidade deram lugar a um movimento estudantil cujas bandeiras tiveram, nas classes populares, sua principal referência. Os movimentos por reformas, até então restritos aos círculos intelectuais, encontraram nos estudantes resposta de massas.

A estrutura anacrônica das Universidades, organizadas como conglomerados de unidades isoladas, seguiu por longos anos como um

problema crucial. Poucas foram as experiências que procuraram superar essa fragmentação. As mais citadas são, durante os anos 30, da Universidade de São Paulo e, já na década de 60, da Universidade de Brasília.

A Reforma Universitária de 1969, que, no discurso, pretendia criar "estruturas orgânicas e flexíveis no lugar de unidades autônomas", acabou destruindo a frágil integração até então existente.

A reunião de unidades mais ou menos estanques continua, ainda hoje, sendo o padrão dominante das Universidades no Brasil.

A REFORMA UNIVERSITÁRIA DURANTE A DITADURA MILITAR

Com o golpe militar de 1964, as classes dominantes inauguraram um novo período de expansão econômica. Tratava-se, então, de reordenar todas as instituições, adaptando-as às novas funções desempenhadas pelo Estado. A velha Universidade, em cuja composição predominavam os cursos de Letras, Humanas e Artes, há muito encontrava-se defasada. Desde a metade dos anos 50, a economia brasileira havia ingressado numa nova fase, resultando no aparecimento de novas demandas de trabalho técnico e intelectualmente qualificado. A Reforma Universitária viria, anos depois, para adaptar a Universidade ao novo modelo de acumulação.

A procura do diploma de curso superior como instrumento de ascensão social é uma prática antiga das famílias de classe média no Brasil. Essa busca, entretanto, não ocorreu sempre com a mesma intensidade.

Com o processo de concentração de renda, mercado e capital, aumentando ainda mais a partir de 1964, ficaram dificultadas as possibilidades de ascensão de classe média via poupança, investimento ou exercício de uma profissão liberal. Em consequência, a demanda do ensino superior aumentou de modo que o crescimento das matrículas resultou insuficiente diante de uma procura cada vez maior.

O atendimento da demanda de mais vagas implicava, necessariamente, num grande aumento

de despesas públicas com a educação superior, vez que a oferta privada, na época, era bastante inelástica. De outro lado, o aumento da taxa de expansão de vagas resultaria numa massa adicional de formados que não seria facilmente empregada no setor privado, cabendo ao setor público o ônus de criar oportunidades de trabalho. Isso também comprometeria o esforço do Estado na concentração de capital, cuja destinação não era financiar as aspirações das camadas médias, mas subsidiar a expansão das empresas privadas. Era preciso, portanto, encontrar uma forma de expandir o sistema educacional com um mínimo de custo.

A resposta veio na reestruturação do sistema de ensino, em particular de nível superior, no qual a Reforma Universitária foi ponto central. Esta iniciou imediatamente após as manifestações estudantis de 1968, silenciadas por uma série de decretos e ações repressivas, criando condições para que a Reforma fosse implantada.

A Reforma privilegiou o papel da Universidade como formadora de técnicos para produção industrial e operadores de tecnologia. O grande incentivo aos cursos da Área Tecnológica, ao lado da associação universidade/pesquisa, foram medidas que apontaram nessa direção.

Ao mesmo tempo em que facilitou a expansão da rede particular de ensino superior, de modo a reduzir os gastos destinados ao setor, introduziu nas IES públicas uma série de medidas, visando

otimizar recursos materiais e humanos. A criação de Departamentos, matrículas por disciplinas, sistemas de créditos e instituição dos cursos básicos foram peças dessa reestruturação organizacional.

Sobre o pretexto de uma dinamização científica, a Reforma Universitária rebaixou e fragmentou o conhecimento. Buscou, principalmente através do controle da pesquisa, subordinar o conhecimento e a produção científica universitária às necessidades de adequação tecnológica das empresas e do aparelho estatal.

A Reforma procurou enquadrar as relações de trabalho, no interior da Universidade, à sistemática que presidiu o modelo implantado e juridicamente consagrado no serviço público, como a Lei da Reforma Administrativa. Este modelo, ao mesmo tempo em que procurava arrear certos entraves que dificultavam o processo de acumulação e a consolidação de um novo sistema empresarial, visava estimular o desenvolvimento de uma administração pública mais eficaz do ponto de vista da racionalidade lucrativa.

Ao lado da legislação, que atribuía às autoridades universitárias e ao MEC o poder de desligar estudantes e demitir professores e técnico-administrativos, a Reforma Universitária promoveu uma intensa centralização e verticalização das estruturas de poder. A nomeação dos reitores pelo presidente da República e o rígido controle do MEC na distribuição dos recursos - dentre tantas outras, estas foram, também, algumas das importantes atribuições da comunidade transferidas para aquele ministério.

Além de reduzir os gastos com o ensino superior, a Reforma Universitária pretendeu introduzir um modelo tecnocrático de Universidade, dando racionalidade empresarial ao seu funcionamento e, principalmente, rentabilizando os gastos na forma de uma integração universidade/empresas. Com uma implantação desigual e, até mesmo, contraditória, a reforma tecnocrática brasileira veio esbarrar em dois entraves principais:

1) o caráter marginal da pesquisa universitária em relação à produção tecnológica monopolizada pelas empresas, forças armadas e, em alguns setores, pelo Estado, inviabilizando, assim, uma associação mais estreita entre os interesses imediatos da economia e a sustentação dessa pesquisa e

2) os rígidos limites da expansão econômica brasileira.

Ao lado da Reforma Universitária, a política educacional do regime militar apoiou-se em dois outros pontos:

1) a expansão da rede privada de ensino superior e

2) a Reforma do Ensino Médio.

A expansão da rede privada foi a principal solução encontrada para absorver a crescente demanda de vagas na educação superior.

O papel do Estado foi decisivo para levar adiante esse crescimento, seja através da injeção de verbas públicas - na forma de subsídios - seja pela redução das exigências legais para a criação de novos cursos. Ao mesmo tempo em que ampliou as vagas, o regime militar procurou conter a demanda criando uma opção profissionalizante no ensino médio.

O MOMENTO DA UNIVERSIDADE

Com o fim do "milagre brasileiro" (74/75), a Universidade pós-Reforma entrou num processo de crise que se acentuou depois de 1979. Esta crise manifestou inicialmente uma escassez, sem precedentes, de recursos financeiros. A demanda, por suplementação orçamentária - à parte, a luta por democratização interna das IES - foi o principal móvel das reivindicações da comunidade, e mesmo das reitorias, durante os últimos anos da Ditadura Militar.

Embora a Nova República tenha atendido parcialmente a essa demanda, a crise do ensino superior estava longe de ser superada,

apresentando característica bem diferente das crises anteriores. A crise, que originou a Reforma de 69, nasceu das profundas transformações pelas quais passaram a economia e o Estado, a partir dos anos 50. Tratava-se, naquele momento, de adequar o ensino superior, de forma autoritária, ao novo ciclo de expansão capitalista.

No último período, mais especificamente no final da década de 80, início da década de 90, a Universidade e o sistema econômico vivenciavam, concomitantemente, uma mesma crise.

Não se tratava mais de adequar a Universidade às novas demandas da economia; era justamente

este aparelho produtivo que se encontrava em crise, arrastando consigo o Estado, as instituições e o conjunto do sistema educacional.

As Reformas do Ensino Médio e Universitário acabaram produzindo um aumento de profissionais de nível superior, enquanto a oferta de trabalho se mostrava cada vez mais escassa. A crise do modelo implantado pela Reforma de 69 manifestou-se de forma desigual. A deterioração do valor do diploma, embora

presente no setor público, atingiu com maior força a rede privada.

A incapacidade da economia brasileira de absorver os profissionais recém saídos das IES dava sinais de um relativo esgotamento deste canal de ascensão das camadas médias. O abandono de cursos e a procura de atividades, que não tinham como requisito o diploma universitário, foram dois aspectos da perda do papel social da Universidade. Esta foi a fase mais visível da falência do ensino superior.

A NOVA REPÚBLICA E A UNIVERSIDADE

A Nova República surgia como uma resposta das classes dominantes à crise do regime militar. Ao lado da modernização das instituições, era preciso também tomar iniciativa para conter os avanços dos movimentos sociais, em particular, o movimento sindical.

A proposta de pacto social significava o pressuposto fundamental de toda essa política. O período Marco Maciel, no MEC, representou um esforço de ampliar, no ensino superior, esta política. O discurso de posse de Tancredo Neves, lido pelo então vice-presidente José Sarney, já definia a intenção de criar uma Comissão de Alto Nível para formular linhas gerais de uma "Nova Universidade", que veio a ser conhecido como "Projeto GERES".

Essa comissão buscava desenvolver na Universidade a proposta de pacto social.

O Ministro Marco Maciel partia de uma avaliação global da situação crítica do ensino superior. Pela primeira vez, desde a Reforma Universitária, as classes dominantes propunham uma reestruturação profunda do ensino superior. Para o sucesso daquele projeto, era fundamental que a Comissão de Alto Nível se legitimasse como espaço de conciliação das diferentes expressões políticas da Comunidade Universitária. A recusa de entidades, como a ANDES-SN e a FASUBRA-Sindical, em depositar credibilidade numa reestruturação conduzida pelas classes dominantes, acabou inviabilizando-a. De outro lado, o Governo Sarney mostrou-se incapaz de levar adiante a "modernização" do aparelho de Estado.

O Projeto GERES seguiu, sem nenhuma de suas sutilezas, as linhas gerais, traçadas pela Comissão

de Alto Nível, dando-lhes estrutura de um Anteprojeto de Lei. Lançado durante a greve nacional de 1986, tentava cooptar o funcionalismo das Universidades, acenando com a idéia da isonomia. A pronta resposta da Comunidade Universitária, em especial dos técnico-administrativos, acabou por arquivá-lo. Esse projeto foi, portanto, um desdobramento grotesco da proposta da Comissão de Alto Nível mais uma tentativa de reestruturar a Universidade.

Podemos distinguir dois momentos da política da Nova República para o ensino superior:

1) o primeiro, que vai do início da gestão Marco Maciel até o Projeto GERES, onde o governo investiu numa proposta de reestruturação. A princípio, procurava fazê-lo através da "participação" da comunidade, mais tarde, autoritariamente e sem qualquer mediação e

2) a partir de então, o Ministério se viu, progressivamente, na contingência de abandonar qualquer proposta de Reforma do Ensino Superior. Na gestão Hugo Napoleão, esta política se aprofundou e, como ficou evidente mais tarde, ganhou viéses cada vez mais intransigentes.

1. Autonomia, democracia e "Nova República"

As lutas, encaminhadas pela Comunidade Universitária, resultaram numa relativa ampliação da autonomia e numa democratização, ainda que restrita, da Instituição. O momento mais importante dessas lutas foi a eleição direta, em 85/86, de diversos reitores, alguns deles apoiados pelos

movimentos e compromissados com muitas de suas reivindicações.

No primeiro período da Nova República - até a divulgação do Projeto GERES - a Comunidade Universitária obteve algumas vitórias. A política de reestruturação, expressa no documento da Comissão de Alto Nível, representava uma cartada de peso do Governo. Todavia, ambos foram derrotados pela mobilização da Comunidade. A segunda demonstração de força importante foi a capacidade de impor, na maioria das IES onde foram realizadas eleições diretas, os candidatos mais votados. O Ministério da Educação se viu na contingência de referendar essa ampliação significativa da Autonomia Universitária.

A democratização das Universidades foi, até aquele momento, não apenas restrita, como marcada por fortes contradições e desigualdades: mais significativa nas IES públicas que nas privadas e nestas, mais efetiva nas confessionais que nas leigas.

Apesar da Comunidade ter imposto em muitas IES eleições diretas, a garantia institucional desse processo ainda está por ser alcançada, vez que permaneceram de pé os estatutos e normas da Reforma de 69. Além disso, o poder, mesmo nas reitorias eleitas com amplo apoio da comunidade, seguiu sendo exercido, no cotidiano, com base na estrutura verticalizada.

Havia, portanto, uma clara ambigüidade de poderes: a Comunidade Universitária conquistou um espaço democrático que se refletiu nas eleições, mas não se desdobrou na gestão das reitorias e unidades. Seguiu latente, assim, uma contradição entre o acesso ao poder e o seu exercício.

Embora os docentes tenham conseguido expressar, num programa várias das propostas da Comunidade, estes não conseguiram superar os limites de uma autonomia e uma democracia ainda formais. Deixaram em aberto os pontos que assegurariam a participação efetiva e o controle da Comunidade sobre a gestão e organismos de poder da Universidade.

Nos últimos períodos, as limitações se tornaram ainda mais claras: eleições diretas sem paridade e sem enfrentamento de programas, enfraqueceram o debate e a própria unidade dos movimentos e reproduziram as formas despolitizadas e personalistas das eleições tradicionais.

Estas práticas acabaram favorecendo candidatos sem qualquer compromisso com a Comunidade Universitária. As conquistas, no plano da autonomia e da democratização, devem, portanto, ser relativizadas.

A autonomia das IES está fortemente condicionada pelo poder institucional do MEC e das Secretarias de Educação de impor limites claros à vontade da Comunidade Universitária.

Ao mesmo tempo, a democratização das IES ameaça reduzir-se, quase que, exclusivamente, às eleições diretas. Uma democratização posta em marcos tão restritos não apenas deixaria de assegurar os avanços alcançados, como poderia favorecer alternativas retrógradas.

2. Os movimentos da comunidade Universitária

As transformações do ensino superior criaram uma maior identidade da Comunidade Universitária com as classes trabalhadoras:

1) as mudanças no trabalho intelectual lançou professores num crescente processo de assalariamento;

2) os estudantes, candidatos a profissionais liberais, viram no assalariamento seu futuro mais provável após a conclusão dos cursos;

3) por fim, os técnico-administrativos não só experimentaram um crescimento numérico considerável, como passaram a desempenhar funções mais diversificadas, alterando, desta forma, sua relação com a Universidade.

O movimento docente foi, sem dúvida, aquele que, até meados da década de 80, mais avançou em direção a uma proposta para Universidade, tendo estado à frente das lutas por democracia e Autonomia Universitária. No entanto, ao longo do último período, vem perdendo, em parte, o papel destacado de antes. Contribuiu, para isso, o fato de algumas questões importantes permanecerem abertas: a proporcionalidade do voto nas eleições para reitor e demais dirigentes; a participação e o controle da Comunidade Universitária sobre a gestão dos representantes eleitos; a necessidade de uma profunda articulação entre os três movimentos, dentre outras.

O movimento estudantil, apesar de ser aquele com maior tradição de luta, teve uma trajetória bastante descontínua. Pode-se dizer que, desde

os anos 80, foi gradativamente sendo consumido por uma crise política e organizativa. A ausência dos estudantes, no processo mais recente de democratização da Universidade, não só limitou o alcance das conquistas, como restringiu o âmbito do debate das questões de ensino.

O movimento dos técnico-administrativos, apesar de muitos problemas, foi aquele que apresentou uma trajetória mais contínua e, nos últimos anos, enfrentamentos de maior vulto com os Governos Federal e alguns Estaduais. A dinâmica sindical, que marcou esse movimento, acabou conduzindo-o a um questionamento mais generalizado da Universidade.

A partir da luta contra a aprovação do Projeto GERES, esse questionamento converteu-se numa preocupação permanente e crucial. Do ponto de vista do movimento, mesmo avanços no plano salarial, deveriam daqui por diante, vir acompanhados de uma política abrangente para a Universidade. Entretanto, a construção dessa política esbarrava na heterogeneidade da categoria, na desigualdade de movimento no nível nacional. Apesar disso, foi a única categoria capaz de assegurar um corte classista a um projeto de Universidade.

Estas mudanças na composição da Comunidade favoreceram, sem dúvida, a articulação de um projeto de Universidade que corresponderá mais aos interesses dos trabalhadores.

Os avanços e limites na elaboração desse projeto estão intimamente relacionados ao estágio organizativo e programático atingidos pelos segmentos. Apesar de toda uma tradição de luta, os movimentos encontram-se em nítido descompasso, quer porque essa experiência foi vivida diferentemente por cada um deles, quer porque os momentos de articulação entre eles não foram ainda suficientes para criar um espaço estável de convivência.

Tanto para levar adiante o processo de democratização, quanto para aprofundar as definições de conteúdo e qualidade de ensino, a presença ativa dos estudantes é imprescindível. A volta à cena dos estudantes tem uma importância particular, visto ser esse movimento e os técnico-administrativos que, na atualidade, levantam com maior agudeza o tema da democratização.

3. O processo constituinte e a Universidade

Os impasses da transição conservadora se traduziram diretamente nas polêmicas do plenário do Congresso Constituinte, em 1988, desde o início marcado por uma dinâmica conservadora. A partir da formação do Centrão este curso se acentuaria ainda mais. O caráter conservador da Carta aparecia com nitidez.

O projeto da Comissão de Sistematização manteve, em linhas gerais, a situação do ensino, com uma ou outra pequena concessão às reivindicações populares. Nos pontos relativos a autonomia e a democratização, houve sem dúvida progressos. No entanto, sobre a questão crucial da responsabilidade do Estado com a educação ele nada avançou.

Ao mesmo tempo em que manteve a gratuidade para o ensino público, reafirmou a destinação de verbas públicas para a rede privada. Em suma, a política de apropriação privada de recursos públicos da educação permaneceu intocada.

No que tange à educação, era pouco provável que os conservadores conseguissem retirar a garantia de gratuidade do ensino público - aspecto que poderia, de fato, alterar drasticamente o atual sistema de ensino. Por outro lado, na medida em que o Projeto da Comissão de Sistematização não o modificou, significativamente, a dinâmica conciliadora favoreceu uma identidade ainda maior entre as resoluções do Congresso Constituinte e o quadro herdado da Ditadura Militar, tanto para os ensinos de 1º e 2º graus como para o superior.

4. A luta da comunidade universitária pelo preceito constitucional

A luta em prol da auto-aplicabilidade do artigo 207, da Constituição Brasileira de 1988, teve múltiplos passos dados pelas entidades representativas da Comunidade Universitária, com destaque para a FASUBRA-Sindical e a ANDES-SN, inclusive com realização de seminários de estudos, debates e produção de material pertinente, objetivando fomentar a discussão acerca desse assunto, hoje, de fundamental importância para a sobrevivência da Universidade Pública Brasileira.

Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pelas Entidades referenciadas, há que se resgatar a

atuação destas na Comissão Nacional, responsável pela Agenda Autonomia/94, constituída pelo então Ministro da Educação, com a publicação da Portaria 350/MEC/94.

A partir de um documento apresentado pelo Comitê Assessor do MEC àquela Comissão, pontuando uma série de ações a serem desenvolvidas para garantir a Autonomia Universitária, revestida do princípio de auto-aplicabilidade, alicerçado no art. 207, da Constituição, a Comissão, após acrescentar novas considerações, concluiu pela necessidade de promover um Seminário Nacional sobre Autonomia Universitária, aberto à participação das Entidades envolvidas, assim como do MEC, dos Reitores e de outras autoridades relacionadas com a área da educação.

O referido Seminário foi realizado nos dias 15 e 16 de junho de 1994, em Brasília, com o objetivo de debater a questão, na tentativa de, concretamente, estabelecer formas de

implementação da autonomia das Universidades, mediante a indicação de parâmetros e mecanismos indispensáveis à operacionalização dessa autonomia, em cumprimento ao preceito constitucional.

Urgia, pois, desencadear medidas de descentralização e simplificação de atos normativos que têm limitado o exercício da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades.

Daquele Seminário resultou um novo documento submetido, a posteriori, à Comissão Nacional para análise, discussão e fechamento final das propostas ali apresentadas.

Acreditava-se, então, que o canal de negociação aberto com o MEC, na ocasião, culminaria, enfim, na implementação da tão propalada autonomia. Que equívoco! Muda a equipe governamental, mudam-se as regras do jogo! Mais uma vez, o destino da educação brasileira fica à deriva e à mercê de pessoas que, circunstancialmente, detêm o poder!

EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

1. A Educação e o País

O processo educacional no Brasil, a partir do seu comprometimento com o pleno exercício da cidadania, continua necessitando de um tratamento global, se entendida a questão da relação educação/cidadania, vinculada ao direito do cidadão apropriar-se do conhecimento. Este direito está, historicamente associado à garantia da escola pública, universal e gratuita, vez que o caráter público da escola pressupõe a idéia de que o conhecimento é um bem tão importante para o exercício da cidadania que o Estado deve assegurar a todos a sua apropriação.

Quando se fala em educação refere-se ao processo de desenvolvimento global do indivíduo. Este desenvolvimento, logicamente, não se dá apenas pelas instituições de ensino, mas sem dúvida alguma, essas podem ser grandes potencializadoras desse processo, considerando-se em sua prática as diferentes realidades que permeiam a vida do indivíduo. Nesta lógica, o Governo deve ter o papel principal como fomentador desse processo.

Entretanto, o discurso do Governo FHC,

afirmando que "... os recursos destinados à educação são suficientes para a sua eficiente execução, ..." destacando que o problema central encontra-se na má administração dos mesmos pelos setores educacionais é uma falácia há muito utilizada em discursos repetidos pelos Governantes. No início da década de 80, era comum ouvir, nos Gabinetes de Brasília, que "... o Brasil não investia pouco em sua educação, o que ocorria era a má utilização dos recursos".

Fica evidenciado, com a repetição desse discurso, a tendência deste Governo, em reduzir ainda mais as verbas destinadas a educação, a exemplo do que se vivenciou ultimamente, quando da implantação do Fundo Social de Emergência, de autoria do então Ministro da Fazenda, o mesmo FHC.

2. Financiamento: uma história tortuosa

A conquista da vinculação de verbas para educação, na Constituição Federal de 88,

representou um avanço para a educação no país. No entanto a história registrou em nossa memória elementos que penalizaram o Sistema Educacional em nosso país, os quais merecem ser resgatados.

Com a democratização do país, após a queda do Estado Novo, a Carta de 1946 restabeleceu a vinculação de receitas para a educação prevista na Constituição de 1934. Determinou que parcelas da renda de impostos deveriam ser aplicadas na manutenção e desenvolvimento do ensino. Na Carta de 1967, o regime autoritário fez o Congresso aprovar a eliminação da vinculação automática e, a partir daí, os gastos públicos com o ensino foram paulatinamente mais corroídos.

Deparou-se, com a repetição desta prática, quando da apresentação de um projeto travestido por um discurso de resgate da cidadania, de democratização do ensino e de qualidade do produto educacional.

No plano da autonomia financeira, a regulamentação da Lei Calmon e o orçamento supostamente global foram, de certa forma, conquistas. A Lei Calmon permitiu tirar as IES do estado de insolvência em que se encontravam, desde o final dos anos 70. O fim do orçamento-programa – uma reivindicação antiga da Comunidade Universitária – permitiu, igualmente, uma maior flexibilidade na gestão dos recursos. No entanto, as atuais amarras na política de controle orçamentário e financeiro, impuseram, na maioria das IES, um retrocesso neste aspecto da autonomia.

As IES estavam, entretanto, ainda muito longe de uma verdadeira autonomia financeira. O MEC, favorecido pela diversidade de fontes e programas e pela proibição de novas contratações, continuou controlando a distribuição de verbas: incentivando algumas IES públicas, em detrimento de outras, e socorrendo a rede privada.

Todos os documentos oficiais advogavam critérios de eficiência que serviam de base à distribuição de recursos entre as IES. Estas se veriam na contingência de, segundo a sua “competência”, disputar, entre si e com a rede privada, os recursos disponíveis.

3. “Novo” governo, velhas idéias

As Reformas atingirão o Sistema Educacional em toda sua estrutura:

1. O projeto de estadualização e municipalização da educação;
2. A criação de novos entes jurídicos para as Instituições de Ensino Superior;
3. A desvinculação dos Hospitais-Escolas das Universidades;
4. O modelo de autonomia.

Estas propostas, entre outras, possuem, em seu bojo, a clara disposição do Estado de se isentar de suas responsabilidades com o custeio da educação, transferindo para outrem funções inerentes ao Governo Federal, aos Estados e aos Municípios, fadando-as ao fracasso.

O discurso de descentralização da educação mascara o descompromisso do Governo Federal, acirrando ainda mais o sucateamento desses serviços prestados à sociedade, preparando o campo propício para a sustentação e implementação da política privatista.

O Governo FHC, que se rotula como “novo”, buscando as condições para a aprovação do seu projeto de reforma estrutural do Estado, elabora e reelabora, cotidianamente, novos discursos de falta de orçamento, limitando ainda mais os poucos recursos orçamentários das IES, reforçando o sucateamento das mesmas e fornecendo, como alternativa de sobrevivência, “o fim de seu caráter público e estatal”.

O incentivo aos “Centros de Excelência” tem como claro objetivo a transformação das Universidades em novos entes jurídicos, que seriam estruturados na forma de “Organizações Sociais”, ou seja, Empresas Públicas não Estatais.

Estes novos organismos seriam sustentados pelas fundações e terceirização de grande contingente das atividades desenvolvidas pelos técnico-administrativos da Universidade, mantendo, num primeiro momento, apenas o quadro de serviço técnico-especializado, que participa diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com o tempo, estes serão substituídos por estagiários bolsistas, com o desenvolvimento de uma “política” de vinculação do aluno ao fazer coletivo da Universidade.

4. O mercado e o projeto educacional

O quadro de crise econômica e de instabilidade

faz com que empresários queiram explorar ramos, até então, mantidos pelo Estado, menos suscetíveis às crises de consumo: as siderúrgicas, a exploração de petróleo, hidrelétricas, telecomunicações, etc. Forçam, assim, o governo a propor as Reformas na Constituição.

Mais de 70% do ensino de terceiro grau do país estão nas mãos de fundações e corporações empresariais. As Universidades Públicas vivem um processo em que um bom projeto de pesquisa é, cada vez mais, aquele que tem um "bom" patrocínio empresarial.

O projeto da "Universidade mínima" está sendo construído com a terceirização dos serviços administrativos, de segurança, de manutenção, de limpeza bem como a política de contratação, por tempo determinado, de docentes e técnicos e o uso crescente dos serviços especializados de bolsistas.

Isso, além de ser um "enxugamento" artificial, é uma forma de repasse de verba pública para a iniciativa privada. Significa, ainda, um profundo ataque às conquistas trabalhistas e uma maneira de, por um lado, romper a unidade política dos trabalhadores, que, ano a ano, vêm resistindo ao sucateamento das Universidades com suas lutas, e, por outro, buscar deter a sua crescente influência política nas decisões institucionais.

Outro aspecto desse processo é a ofensiva ideológica embutida nos planos de incentivo à formação de micros e pequenas empresas com tecnologias de ponta, desenvolvidas no interior dos laboratórios, transformando professores e estudantes em micro-empresários.

O centro das suas preocupações passa a ser: seu lucro na empresa e não mais a Universidade; o conhecimento específico e não o aprendizado universal; o uso particular do arsenal tecnológico

público e não a carreira acadêmica; o arrocho de seus empregados e não os seus próprios salários e bolsas.

A principal face dessa política, hoje, é o Plano Decenal de Educação para Todos, resultado da Conferência de Educação, realizada na Tailândia, em março de 90, pela UNESCO, UNICEF e Banco Mundial, que visa implementar, em parceria com Estados, Municípios, Empresas e Comunidade Escolar, a universalização do ensino básico e estabelecer os compromissos internacionais por qualidade, equidade e eficiência na educação.

Em outras palavras, tem por objetivo assegurar às crianças, jovens e adultos conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam às necessidades mínimas da vida (votar, atender o mercado como mão-de-obra, etc.). Este plano, em sintonia com a Reforma do Estado, defendida pela burguesia, cumpre a estratégia de sucatear e privatizar o sistema de ensino público e criar "ilhas" de padrão de qualidade e de maior produtividade, dando a impressão de que não são tão altas as taxas de evasão e repetência.

Para isso, fala em parceria empresa-escola pública e escola pública "autônoma". Para FHC, as empresas da região geográfica da escola é que devem socorrer e garantir o atendimento às suas necessidades. A conclusão só pode ser uma: em bairro rico, tudo vai bem, pois as crianças estudam, em escolas pagas.

Onde tem escolas do Estado, estas ficam na dependência da "boa vontade" e dos interesses dos empresários da região. Agora, se a região não tiver empresas e a população for pobre, aí as chances de escolaridade são mínimas. E, para piorar, FHC afirma que fará, sistematicamente, uma avaliação das escolas e premiará as "melhores", ou seja, as escolas onde estudam os alunos de maior poder aquisitivo.

A UNIVERSIDADE E A QUESTÃO MULTI-RACIAL

1. Um olhar negro na Educação

Nos primórdios da escravidão, o argumento mais utilizado para justificá-la tinha caráter religioso. A Igreja Católica que, além de interesses econômicos, visava a ampliação de seu império, com a colonização de novas terras, chegou a criar uma

teoria, amplamente divulgada nos meios religiosos e intelectuais europeus, defendendo que os índios possuíam uma "alma" e, assim, deveriam ser poupados da escravidão e catequizados.

Já os negros, segundo a Igreja, poderiam ser tratados como mercadoria, "vez que eram descendentes de Caim e de Canaã", que, como diz

a Bíblia, foram marcados por uma mancha pelo seu comportamento perverso.

No decorrer dos séculos, os argumentos foram se aprimorando e ganhando, cada vez mais, uma base científica. Esse processo atingiu seu ápice, no século XIX, quando, no mundo inteiro, emergiam teorias que mesclavam teses desenvolvimentistas como a teoria evolucionista de Charles Darwin (usada de maneira errônea e com o único propósito de justificar postura racista). Apenas um exemplo basta. Em 1774, M. Long, em seu livro francês, intitulado "História da Jamaica", escreveu: "não se poderia afirmar que eles (os negros) são radicalmente inaptos à civilização, pois, mesmo a macacos pode-se ensinar a comer, beber, repousar e se vestir como homens. Mas, entre as espécies de seres, de todas as espécies de seres humanos, descobertos até agora, parecem ser os negros os mais incapazes, visto a inferioridade natural do seu espírito para pensar e agir como homens, salvo uma intervenção miraculosa da Divina Providência. Penso que seria desonroso para uma mulher hotentote (um povo africano) ter orangotango como marido".

No Brasil, essas teses serviram de base para os escritores. Para o sociólogo Nina Rodrigues, a miscigenação racial era um dos fatores que não permitiria que o país se desenvolvesse. Em seu livro, "Os Africanos no Brasil", afirma: "a raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que acervou o revoltante abuso da escravidão (...) há de constituir um dos fatores da nossa inferioridade como povo".

Obviamente, este pensamento teve ecos na política institucional brasileira, como por, exemplo, em 1890, quando um decreto sobre imigração determinou que os asiáticos e africanos só poderiam ser admitidos nos portos do país "mediante autorização do Congresso Nacional". No mesmo ano, no dia 14 de dezembro, diga-se de passagem, Rui Barbosa determinou a queima dos documentos relativos à escravidão.

Mais tarde, as intenções de eliminar o negro como elemento constituinte da sociedade brasileira chegaram a provocar a retirada do quesito cor dos censos demográficos, realizados em 1900 e 1920. Mas, obviamente, manobras institucionais e burocráticas não seriam suficientes para resolver a questão racial da forma que as elites pretendiam.

Na década de 30, quando isso já se tornara óbvio, principalmente diante da crescente organização dos negros e de sua inevitável presença nos centros urbanos, por onde começava a circular a recente classe operária brasileira, surgiu uma formulação para o "problema" racial no país. Nascia o mito da democracia racial, talvez um dos maiores inimigos já enfrentados pelo negro.

2. Democracia racial: mito e farsa

A grosso modo, poder-se-ia dizer que Gilberto Freire, em seu famoso livro "Casa Grande e Senzala", escrito em 1936, diferente de Nina Rodrigues, considerou que a miscigenação não só era positiva como tinha sido responsável pela existência de uma sociedade escravocrata "humanizada", que havia criado uma República sem os terríveis conflitos raciais (como a Guerra de Secessão nos EUA) e era, exatamente, nesta "mistura" de raças que residia a possibilidade de se desenvolver o país.

Tomando como base esta tese, estudiosos dos mais diferentes matizes se dedicaram a propagar o Mito da Democracia Racial como grande verdade nas relações raciais brasileiras. Uma vez que a existência do negro era um fato, cabia, agora, convencê-los de que eles viviam em uma sociedade em que ser negro não significava absolutamente nada, vez que todos eram, no fundo, mestiços. Houve, também, aqueles que se aproveitaram da tese para defender que, quanto menos negro o país fosse, melhor seria. A "democracia racial" nascia como irmã gêmea da "teoria do embranquecimento", e não foram poucos os que previam que, em 30 ou 40 anos, o país seria uma nação "branca".

Nesse sentido, cabe resgatar um depoimento citado pelo estudioso norte-americano, Thomaz Skidmore, ouvindo, segundo ele, um outro norte-americano que ficou impressionado, no Brasil, com um novo experimento entre nações: "(...) diferente de tudo o que ele conhece nos Estados Unidos ou em qualquer país da Europa, na colonização de gente de cor diferente (...) uma honesta tentativa está sendo feita aqui para eliminar os pretos e pardos pela infusão de sangue branco. Pretende-se que um dos fatores nesse processo seja a seleção natural pela fêmea de um parceiro de cor mais clara que a sua".

Como não poderia deixar de ser, a burguesia e o governo brasileiro, mais uma vez, utilizaram-se da tese “sociológica” para defender seus interesses racistas. Em 18 de setembro de 1945, um decreto de Getúlio Vargas, sobre a imigração no país, defendia que ela deveria obedecer a “necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica do país, características mais convenientes de sua ascendência européia”.

3. Manifestações racistas na Educação

O governo brasileiro e a burguesia racista têm consciência de que, se um povo tem na mão as suas raízes culturais, ele é um povo forte e invencível. Por isso, a burguesia tenta alijar esse povo do processo de conhecimento e resgate de sua cultura – a cultura africana.

Entende-se que a Universidade Brasileira é, hoje, um polo de fundamental importância para o resgate, no repensar de sua função social, a quem ela, efetivamente, tem que servir, pois não se pode ficar com apenas 0,87% da população negra no nível universitário, sendo que, cerca de 70% dos negros, que cursam o terceiro grau, o fazem em instituições privadas, dada a deficiente qualidade do ensino que receberam nos primeiro e segundo graus, o que diminuiu as suas chances na competição com os estudantes brancos.

Segundo pesquisa do PNAD/90, dos cerca de 97 milhões de brasileiros alfabetizados, 60% são brancos e 37% são negros.

Conforme dados do IBGE, a taxa de analfabetismo das pessoas com mais de sete anos é mais alta entre os negros – 30,1% próxima da dos pardos, de 29%, e bem distante da dos brancos, de 12,1%.

Nas escolas primárias, secundárias e universitárias, a história do povo negro, quando é contada, é totalmente deturpada. O negro é apresentado como inferior, submisso, quando muito símbolo dos elementos folclóricos e exóticos de nossa cultura e sociedade.

Os lutadores e mártires negros somem dos livros, como, também, os escritores, poetas, artistas, políticos, etc. Ao mesmo tempo, os caçadores e assassinos de negros, os bandeirantes são cultuados como heróis nacionais.

Hoje, no entendimento do papel da Universidade, os trabalhadores em educação, apresentam um projeto que procura resgatar seu compromisso social, liberto de preconceitos étnicos, voltando seu olhar, também, para a questão racial, reconstituindo uma análise da realidade histórica da raça negra, excluída da sociedade ao longo dos séculos.

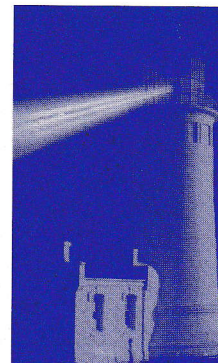
Nesse sentido, propõem que se desenvolva, no interior das Universidades Brasileiras, em vista da construção dessa nova concepção para a Educação, o olhar negro crítico e revolucionário, engajado e participativo.

CONSTRUINDO UM PROJETO DE UNIVERSIDADE

A falência dos projetos das classes dominantes, o discurso privatista, a avaliação da qualidade, segundo critérios quantitativos de custo/benefício, a concepção de Universidade destituída de seu papel social e reduzida, apenas, a uma unidade produtiva - avaliada pela produtividade, conforme os critérios de mercado – tudo isso evidencia a subordinação daquela classe ao projeto imperialista.

Contudo, se por um lado, esse aspecto mais geral caracteriza essa dominação, por outro, aponta para a classe trabalhadora a necessidade da construção de projetos alternativos que façam retornar o desenvolvimento nacional e modifiquem a atual correlação de forças existente no país.

A elaboração, neste quadro, de um projeto progressista global para a Universidade Brasileira, que resgate, em outra conjuntura, o seu papel social, pressupõe a construção de um movimento de resistência ativa ao projeto neoliberal, ao tempo em que requer, para sua implementação, a superação de obstáculos econômicos e políticos, exigindo mudanças estruturais na sociedade.



PROJETO: POR UMA UNIVERSIDADE CIDADÃ PARA OS TRABALHADORES

O modelo de Universidade, inaugurado com a Reforma Universitária de 1969, diminuiu a distância entre Universidade e aparelho produtivo. Ao fazê-lo, fortaleceu a relação entre a Universidade e as crises sucessivas da economia. Desta maneira, a crise da Universidade é um reflexo direto da incapacidade das classes dominantes em oferecer uma resposta aos graves problemas econômicos e sociais do país.

Pela própria natureza da crise, reformas que não visem alterar profundamente os objetivos e finalidades do ensino superior serão meros paliativos. De outro lado, uma reestruturação da Universidade, comandada pelas classes dominantes, significaria subordiná-la, ainda mais, a interesses empresariais, amesquinhando os horizontes da educação.

Para a Comunidade Universitária é essencial construir um projeto de transformação da Universidade, capaz de superar a sua crise e dar-lhe um novo papel social, contrapondo-se a projetos que, apesar de terem um caráter de aparente solução da crise, na verdade, apontam, cada vez mais, o distanciamento da Universidade do grande contingente socialmente desprivilegiado.

As classes trabalhadoras vêm construindo, em todos os campos, uma alternativa própria para a crise social. Se pretendem dar relevância ao conhecimento produzido e transmitido na

Universidade, terão, necessariamente, que se engajar nesse esforço, construindo uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

Embora se possa dizer que a Comunidade Universitária se identifique com as classes trabalhadoras, a Universidade, enquanto instituição, é algo bastante diferente.

A Universidade e a Escola sempre foram instrumentos de dominação utilizados para manter a desigualdade social. Aliás, a Universidade não só é uma porta fechada para o trabalhador, como produz um conhecimento e uma cultura justificadores das desigualdades sociais. O saber nunca foi neutro, sempre esteve a serviço de uma classe social.

A Universidade, ao mesmo tempo que veicula uma ciência e um conhecimento avessos aos trabalhadores, reproduz, internamente, as mesmas formas de dominação presentes na sociedade:

- 1) a alienação do trabalho e
- 2) a discriminação entre a atividade manual e a intelectual.

"Uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores" consiste na consolidação de uma Instituição profundamente comprometida com a construção de uma nova sociedade, caracterizando-se por ser:

1) realmente pública, onde toda população tenha acesso à formação de nível superior;

2) empenhada em produzir conhecimentos voltados para as demandas sociais;

3) capaz de romper com a alienação individual e coletiva.

A construção dessa nova Universidade está, portanto, estruturalmente vinculada ao desfecho da luta de classe na sociedade.

Houve experiências onde um projeto classista para a Universidade esteve perto de ser implantado ou alcançou parcialmente a Instituição. Em todas elas, a consolidação desse projeto dependeu do desenvolvimento da luta fora da Universidade. Onde venceram as classes dominantes, a Universidade viveu enormes retrocessos; onde venceram os trabalhadores, os avanços foram muitos.

O estágio da luta, tanto da Comunidade Universitária quanto da classe trabalhadora, impõe limites muito claros para se elaborar um projeto por inteiro do que deve ser essa nova Universidade. Dois fatores são essenciais para se ultrapassar esses limites: as experiências concretas de gestão democrática da Universidade, por parte de sua comunidade, e um compromisso e uma vinculação crescentes da Instituição com as necessidades e os movimentos das classes trabalhadoras.

OS PRESSUPOSTOS

As propostas desenvolvidas, a seguir, são uma tentativa de resposta global à crise da Universidade. Não constituem o Projeto acabado de uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores, mas um esforço de superação dos impasses, unificando e impulsionando a Comunidade Universitária nessa direção.

1. Educação Pública e Gratuita

A educação pública e gratuita, em todos os níveis, é um direito da população e um dever do Estado. A sua universalização só é possível com a expansão da rede pública e com a garantia de gratuidade no seu sentido mais amplo.

2. Autonomia e Democratização

Autonomia é o direito da Comunidade Universitária de se definir, sem imposições externas, nos planos administrativo, financeiro, didático-pedagógico, técnico-científico e político. A Autonomia Universitária só pode ser assegurada se vinculada à democratização da Instituição.

3. Controle da Comunidade Universitária e o usuário como sujeito desse processo

O controle da Comunidade Universitária, através de seus movimentos, é a capacidade de interferir na gestão cotidiana da Universidade.

Claro está que só se tem, de fato, uma gestão comprometida com a sua função social se os que fazem a Universidade forem capazes de se expor à execração ou ao elogio público dos usuários dessas Instituições.

4. Padrão Unitário de Qualidade

A defesa de um padrão unitário de qualidade, baseado na indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão e na universalidade de campo de conhecimento, é condição para que a Universidade cumpra seus objetivos.

5. Compromisso social

A Universidade tem por objetivo, através do ensino, pesquisa e extensão, contribuir para romper as desigualdades sociais e superar a alienação individual e coletiva.

UNIVERSIDADE E RESPONSABILIDADE DO ESTADO COM A EDUCAÇÃO

É responsabilidade do Estado garantir o atendimento das demandas sociais de ensino em todos os níveis, através do ensino público e gratuito. Portanto, a União destinará não menos que 18% do orçamento da União para educação pública. A educação será igual para todos através de um Sistema de Ensino único em objetivos, qualidade e estrutura.

1. Universidade e Ensino Superior

O ensino superior é direito de todos e dever do Estado. Este objetivo deve ser alcançado pela expansão da rede pública e absorção paulatina da rede privada. Atenção especial deverá ser dada ao ensino noturno, hoje monopolizado pela rede privada. As Universidades públicas devem ser a base do ensino superior do país. A pesquisa científica tecnológica de nível superior será baseada nas IES. O ensino superior brasileiro adotará um padrão unitário de ensino, pesquisa e extensão, fundamentado nas Universidades públicas.

2. A autonomia e a normatização do sistema

As normas mínimas ordenadoras da estrutura nacional de ensino superior público serão definidas pelo Conselho Interuniversitário. Este terá

caráter plural e independência do poder Executivo, sendo composto por representantes de todos os segmentos da Comunidade Universitária, democraticamente eleitos nas Universidades públicas; representantes de Associações Científicas, Artísticas e Culturais; dos usuários do sistema e de movimentos sociais.

A autonomia de cada Universidade não significa renunciar ao planejamento nacional. O Conselho Interuniversitário é um instrumento do planejamento de ensino superior, isto é, garantidos os recursos necessários, cabem basicamente, mas não de modo exclusivo, às próprias IES públicas definir as normas a que devem adequar-se. O Conselho Interuniversitário deverá fazer parte do Conselho Nacional de Educação.

3. Ordenamento jurídico das instituições

O regime jurídico das Universidades e demais IES públicas será único, garantindo custeio total através de dotação orçamentária global, Autonomia Universitária, carreiras de servidores docente e técnico administrativo unificadas com isonomia salarial. O regime de autarquia especial, ou similar, é o único, na legislação brasileira que assegura minimamente esses pressupostos, daí a defesa que as IES públicas se organizem exclusivamente sob esta forma jurídica.

A defesa desse regime jurídico implica na luta pela transformação das Universidades e demais IES, constituídas na forma da Fundação de Direito Público, em autarquias. Implica, também, na estatização progressiva, sob essa forma jurídica,

das Universidades, Federações de Escolas, Estabelecimentos Isolados privados, constituídos como Fundação de Direito Privado ou Associação Civil. Implica, por fim, na luta pela incorporação das Fundações apenas às IES públicas.

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA: UM PRECEITO CONSTITUCIONAL

O princípio da Autonomia Universitária foi consagrado, de forma clara e inequívoca, pela Constituição Federal de 1988, no seu artigo 207, como se pode constatar pelo texto a seguir transcrito:

"As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Sob essa égide, as Universidade têm como fins aceitos e praticados:

1. promover o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, de forma indissociável, com vistas ao desenvolvimento de todas as áreas de conhecimento;
2. ministrar o ensino superior, visando a formação de pessoas capacitadas para o exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como a qualificação para as atividades profissionais;
3. estender à Comunidade serviços indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa.

Para cumprir suas finalidades, as Universidades, em particular as Públicas, devem organizar-se a partir de seus estatutos e regimentos, elaborados em conformidade com os princípios constitucionais e com as leis básicas da educação e do serviço público.

Dentro desta visão constitucional, os dirigentes das Universidades são, de direito e de fato, responsáveis civil, penal e administrativamente por seus atos, e o Estado tem múltiplos mecanismos para acompanhar as atividades desenvolvidas pelas referidas Instituições, sendo, pois, o exercício pleno da autonomia, inequivocadamente, um

direito e uma responsabilidade destas.

Todavia, a Autonomia Universitária, com prerrogativa de direito constitucional e auto-aplicável, tem sido, na prática, bastante limitada.

1. A universidade e a autonomia

Uma das reivindicações presentes na Universidade é a Autonomia Universitária e a participação nos órgãos decisórios em todos os níveis, englobando professores, estudantes e técnico-administrativos.

A Autonomia Universitária, incluindo a financeira, não é uma via de democratização, é uma das condições prévias para consegui-la. Não é um fim em si, é um meio e pode ou não ter eficiência para que as Universidades cumpram seu papel.

A autonomia e a democracia estão ligadas à gratuidade do ensino. Não pode ser democrática uma instituição universitária que, além de não gozar de autonomia, mantém o ensino pago, restringindo o direito de acesso à educação, através do poder de compra.

Daí a defesa da educação pública e gratuita ser fundamental na luta pela democratização real e não de "fachada", fundada na mais ampla liberdade de pensamento de professores, técnico-administrativos e estudantes, que não devem e não podem ser beneficiados ou prejudicados por questões ideológicas.

Assim, um projeto de Universidade é necessário à medida em que a crise da Universidade exige que se pense uma proposta nova de Instituição, mais comprometida com os problemas da maioria da população, menos legitimadora da ordem e do modelo vigente, mais viva na produção de conhecimentos alternativos, comprometida com

a formação global do indivíduo, propiciando-lhe o conhecimento, o saber acompanhado de uma reflexão crítica sobre o mesmo.

2. Política de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A Universidade deve basear-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as diretrizes do Conselho Interuniversitário.

a) Ensino

A Universidade tem autonomia para criar, organizar e credenciar cursos, atendidas as diretrizes gerais ordenadoras da estrutura nacional de ensino superior. A Universidade deve estabelecer critérios e normas de seleção e admissão de candidatos a seus cursos. A extinção dos atuais vestibulares, paralelo à estatização da rede privada de ensino, deve ser pensada no interior de um processo de universalização do ensino universitário e do estabelecimento de um sistema nacional integrado em todos os níveis.

O processo de ensino/aprendizagem deve buscar estabelecer uma relação professor/aluno não autoritária. Especial ênfase deve ser dada em práticas de ensino e avaliação coletivas. A Universidade deve desenvolver uma formação acadêmica integral, vinculando ao ensino uma atuação prática dos estudantes em sua futura área profissional. Abrir-se, assim, canais de interação com a comunidade através de atividades extensionistas e estágios desenvolvidos em áreas populares, empresas e instituições estatais.

b) Pesquisa

Os programas e projetos de pesquisa da Universidade, respeitadas as diretrizes do plano plurianual deliberadas pelo Congresso Interno, devem ser avaliados e aprovados pelos Órgãos Colegiados competentes. A relevância social do projeto ou do programa de pesquisa deve ser valorizada entre os critérios levados em consideração para sua aprovação. As verbas destinadas à pesquisa, independente das fontes financiadoras, devem ser previstas no orçamento global da Universidade e destinadas centralizadamente a cada IES.

c) Extensão

A Universidade deve definir, sem detrimento de projetos menos abrangentes, áreas prioritárias de extensão, de modo a concentrar os recursos disponíveis. Os projetos de extensão devem, quando possível, contar com a participação de representantes das comunidades-alvo em sua elaboração. Estes, por sua vez, podem buscar, sempre que possível, diferentes unidades da Universidade, visando o trabalho integrado. A Universidade deve buscar integrar representantes das áreas prioritárias aos Órgãos Colegiados encarregados da Extensão. Os representantes das populações-alvo dos projetos de extensão têm direito de veto sobre quaisquer iniciativas no campo. Os cursos regulares de 1º e 2º graus, mantidos pela Universidade em Colégios de Aplicação e outras unidades, devem priorizar o ingresso de filhos de trabalhadores, em especial, aqueles de baixa renda, oriundos das áreas de extensão.

d) Autonomia Administrativa

A Autonomia Administrativa decorre e é condição da autonomia didática e científica.

Compreende-se por Autonomia Administrativa a competência para estabelecer a política geral da Universidade com vistas à consecução de seus objetivos; elaborar, aprovar e reformar os regimentos de suas unidades e demais órgãos; escolher seus dirigentes, segundo as normas previstas nos seus estatutos e na sua legislação interna; fixar acordos, contratos, convênios e convenções; criar cargos e funções, após a aprovação do plano de expansão pelo Congresso Nacional.

A Universidade deve organizar-se administrativamente e academicamente sob o princípio da autonomia. Esta deve ser entendida como o autogoverno democrático, cujo pressuposto é o controle da Comunidade Universitária e dos usuários, através de seus movimentos organizados. A Universidade deve ser administrativamente concebida como uma Instituição orgânica e integrada, respeitando-se a autonomia das suas unidades.

Os Estatutos e Regimentos devem ser elaborados e aprovados por Constituintes Universitárias, eleitas e

constituídas de forma paritária, cujas normas de convocação e funcionamento sejam definidas no âmbito da Universidade, ali esgotando-se, uma vez garantida a participação significativa dos usuários.

A administração das Universidades deve ser estruturada em Órgãos Colegiados e cargos executivos. O poder de ação dos cargos executivos deve estar subordinado ao poder de decisão dos Colegiados. Nos Órgãos Colegiados não deve haver membros natos ou vitalícios. Além disso, a estrutura administrativa da Universidade deve contemplar:

- ◆ Congresso Interno da Comunidade Universitária e a Assembléia da Comunidade Universitária que devem ser reconhecidos como instâncias máximas de deliberação da Universidade. O primeiro, democrático e paritariamente eleito, deve elaborar planos plurianuais, definindo, entre outras, as metas de ensino, pesquisa e extensão e os mecanismos de avaliação institucional e de desenvolvimento da Universidade;

- ◆ eleições diretas democráticas e no mínimo paritárias, baseadas em chapas para preenchimento dos cargos de direção superior da Universidade, dos Centros e das Unidades. Para estes cargos, são elegíveis: professores, técnico-administrativos e estudantes, segundo critérios definidos em cada IES. Para os demais cargos executivos, os critérios devem ser definidos segundo sua natureza.

- ◆ Conselho Universitário e Órgãos Colegiados superiores de Centro e demais Unidades, compostos paritariamente e serão preenchidos em eleições diretas;

- ◆ participação do Conselho Universitário de representantes das comunidades científica, artística e cultural bem como dos movimentos sociais. A proporção e os critérios de participação e inclusão em outros Colegiados dependem das especificidades e experiência de cada Universidade;

- ◆ mecanismos de controle da Comunidade Universitária sobre o mandato dos eleitos para os cargos executivos ou colegiados;

- ◆ fixação, em cada Universidade, através de seu Estatuto e Regimento, a estrutura organizacional mais apropriada aos seus objetivos, vocação e história;

- ◆ instituição de um Fórum Universidade/Sociedade, composto por entidades culturais e científicas, com o objetivo de expor seu plano de trabalho e fortalecer o vínculo com as instituições sociais.

No tocante à Política de Recursos Humanos, o Projeto nasce da visão de que o Estado deve organizar e administrar os seus recursos humanos, segundo a função social das Instituições. Assim, a idéia de que ser funcionário público é uma profissão é um erro, pois servidor público não é uma função real.

O que determina essa função pública é o objetivo da Instituição em que se trabalha, associado à especialização que cada um desempenha no dia-a-dia. Este “fazer coletivo”, junto com a organização da Instituição, sua avaliação, a definição democrática de seus objetivos e a conseqüente preparação de seus quadros funcionais, produz a melhoria na qualidade do serviço prestado ao público.

Construiu-se uma proposta de plano de carreira que reconhece o fazer coletivo dos técnico-administrativos em educação, mantendo a vasta gama de profissões exercidas em cada uma das especialidades necessárias à IES.

Acresça-se a essa organização profissional uma estrutura de carreira que atenda aos mecanismos de desenvolvimento exclusivamente baseados no mérito, na especialização e no crescimento profissional, que sejam estimulados por exigente avaliação pessoal e institucional, definindo, com clareza, as tarefas e as possibilidades de desenvolvimento de cada coletivo de trabalho e seus integrantes.

Esta opção determinou a este segmento da Comunidade Universitária o que se considera ser, talvez, a mais importante decisão política tomada nesta década – o abandono da posição corporativa – propondo-se muito mais responsabilidade e trabalho, desde que este seja reconhecido, incentivado e desenvolvido. Essa decisão é a melhor forma dos técnico-administrativos provarem o seu engajamento coletivo na luta por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade Social, comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

e) Autonomia da gestão financeira

Compete ao Estado financiar integralmente as Universidades e demais IES públicas. As verbas públicas devem ser destinadas exclusivamente à rede pública, não cabendo às IES privadas subsídios ou qualquer outra forma de auxílio. A gratuidade do ensino deve

compreender a ausência de mensalidades ou taxas de qualquer ordem.

Os orçamentos das Universidades devem ser elaboradas por Colegiados paritários e democraticamente eleitos, de modo a permitir o custeio e os investimentos necessários ao funcionamento pleno e à expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tomando por base os planos plurianuais aprovados pelo Congresso Interno da Comunidade Universitária e, principalmente, o processo de avaliação instrumental.

A dotação de verbas destinadas às Universidades deve ser feita globalmente. As verbas destinadas às Universidades públicas devem ser suplementadas automaticamente. Essa suplementação visa cobrir a diferença entre os índices inflacionários previstos e os efetivamente observados no exercício. As atividades de extensão e pesquisa não podem ser concebidas como formas de complementação de verbas.

A gestão dos recursos financeiros deve ser transparente. A Universidade deve prestar, periodicamente, contas à sociedade e à Comunidade Universitária da dotação e aplicação desses recursos. A prestação de contas à Comunidade deve ser feita através de mecanismos de controle definidos em cada Universidade.

É fundamental que a Universidade, que se está ajudando a transformar, tenha transparência na formulação orçamentária, perante a sociedade civil organizada.

A execução do orçamento deve se dar de forma descentralizada, rompendo com o centralismo, hoje, verificado nas Reitorias e nas Pró-reitorias, que tem deixado os diretores das Unidades Acadêmicas na incômoda situação de estar, periodicamente, visitando o reitor de "pires na mão", reproduzindo a mesma relação que o MEC, hoje, mantém com os reitores.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

As históricas lutas dos técnico-administrativos nas IFES, aliadas ao crescente exercício de capacitação acadêmica, têm credenciado integrantes da categoria a exercerem atividades de administração em todos os níveis da Instituição (Institutos, Faculdades, Escolas, Centros, Reitorias, etc.). A participação dos técnico-administrativos como candidatos nos processos eleitorais democráticos é uma novidade que vem oxigenar o conceito de democratização das Universidades, habituadas que estavam à concepção tradicional de que só os docentes podiam exercer tais atividades. Não se trata aqui de uma posição contrária às atividades de administração dos docentes, mas sim, do aprofundamento dos laços entre as categorias, a partir dessa nova realidade, em direção à Universidade que se deseja. A FASUBRA-Sindical deve estar atenta ao processo de democratização das IFES, para o incremento dessa discussão na base da categoria e para o respeito à indicação dos técnico-administrativos eleitos.

A FASUBRA-Sindical deve, definitivamente, buscar construir as condições políticas junto ao ANDES-SN e à UNE para a consolidação de uma política nacional que vise orientar as Estatuintes, no interior de cada IFE, objetivando democratizar as estruturas de poder nas Universidades.

O Congresso Universitário paritário deve aprovar Diretrizes Globais que orientem a luta nacional no interior de cada Instituição, nos seguintes aspectos, levando-se em conta linhas gerais para a democratização: a) composição dos Colegiados Superiores; b) forma de elegibilidade dos Conselheiros; c) quantidade de Colegiados deliberativos superiores; d) forma de eleição e posse dos dirigentes; e) forma de voto e quem vota; f) diretrizes para a política nacional de pesquisa e pós-graduação; g) diretrizes para uma linha de administração participativa; h) participação da sociedade civil nos órgãos deliberativos; i) política nacional administrativa no enfrentamento da privatização dos recursos humanos via a terceirização; j) diretrizes para uma política orçamentária descentralizada nas IFES; l) diretrizes para um plano plurianual de expansão acadêmica e de recursos humanos nas IFES; m) diretrizes para um plano nacional de capacitação e avaliação dos recursos humanos.

Enfim, um Congresso que proponha Diretrizes Gerais no campo do ensino, pesquisa, extensão, administração, democratização, e seja um instrumento de luta em cada Universidade, socializando experiências nacionais e potencializando a luta por uma nova Universidade.

1. A Luta Universitária

Uma Reforma Universitária, mesmo compreendendo uma reestruturação profunda, só é imaginável no interior de um processo mais amplo de modernização da máquina estatal. Embora, os setores empresariais, enfatizem que esta modernização seja imprescindível para uma retomada da economia ameaçada de sucateamento, faltaram, em outros momentos, para isso, tanto unidade das classes dominantes em torno de uma saída para crise, como formas institucionalizadas e eficientes de controle dos movimentos sociais, coisas que, hoje, não faltam mais.

Para a Comunidade Universitária estão colocadas três questões, cujas respostas são pré-requisitos, tanto para a construção de um projeto estratégico de Universidade, como para o avanço das lutas imediatas:

1) os movimentos não são capazes de assegurar o controle dos mandatos dos dirigentes eleitos, mantendo, ao mesmo tempo, sua independência frente às estruturas de poder da Universidade;

2) falta-lhes uma definição clara da relação com os organismos de poder e, superada a fase contestatória, produzirem políticas de gestão da Universidade;

3) é urgente a superação do corporativismo dos movimentos e a construção de um espaço comum de intervenção.

Pode-se caracterizar este momento da crise universitária como, de um lado, o resultado dos impasses da transição conservadora, limitando o alcance da ação do MEC e das Secretarias de Educação a uma política meramente administrativa, e, de outro, a desaceleração progressiva da trajetória de conquistas que, apesar das desigualdades, a Comunidade vinha conseguindo impor.

A estabilidade do processo de democratização, nestes níveis, não só deixou de assegurar as

conquistas de democracia e autonomia alcançadas, como levou, inclusive, ao desaquecimento os movimentos da comunidade universitária, o que significa dizer que se caiu na armadilha.

2. Uma linha de intervenção para a luta universitária

Deve-se promover, no interior das Universidades, a disputa dos espaços institucionais. Nesse sentido, aponta-se, em especial, os seguintes aspectos:

a) As eleições para reitor

Questão das mais delicadas no relacionamento entre as entidades que atuam na Comunidade Universitária, o tema das eleições para reitor reaparece da forma mais condenável possível, quando o governo resolve intervir na autonomia das IFES, impondo critérios já banidos do meio universitário.

O processo de democratização, na maioria das IES, reproduziu, em muitos aspectos, os limites da sociedade. À Comunidade Universitária cabe a tarefa de conquistar uma dinâmica diferente, rompendo com a despolitização e eleitoralismo, grandes marcas do período anterior. O privilégio da discussão política do programa e a definição de alguns compromissos inegociáveis para o apoio à candidatura devem ser questões fundamentais nesse processo.

As eleições para reitor devem ser orientadas pelos seguintes parâmetros:

1. devem ser formadas chapas com os seguintes cargos: Reitor, Vice-Reitor e todos os Pró-Reitores;
2. deve-se garantir a limitação de material de propaganda, privilegiando a discussão;
3. devem ser, no mínimo, paritárias, fortalecendo a luta para dar posse à chapa eleita;
4. devem esgotar-se no âmbito das Universidade: Reitor eleito, Reitor empossado.

A Comunidade Universitária deve estabelecer algumas condições básicas para o apoio às chapas:

1. defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade Social;
2. defesa de que as verbas públicas devem ser destinadas, apenas, à educação pública;
3. defesa de um Padrão Unitário de Qualidade;
4. compromisso com a institucionalização das eleições diretas;
5. implementação de um canal formal de discussão com a Comunidade;
6. compromisso com a Autonomia Universitária, como preconizado neste Projeto.

b) Estatuinte e democratização das Universidades

A Comunidade Universitária deve ter como objetivos principais definidos em relação às Estatuintes:

1. institucionalizar as suas conquistas de democracia e autonomia;
2. institucionalizar o Congresso Interno como fórum paritário com tarefa de definir planos bianuais, envolvendo crescimento, áreas prioritárias de extensão, políticas de pesquisa, ensino e pessoal;
3. decidir sobre os objetivos gerais da Instituição, particularmente sua relação com a sociedade, fixando as formas de participação dos movimentos operário e popular nos organismos da Universidade.

c) Aumento de participação nos organismos de decisão

Fruto da democratização dos Estatutos e Regimentos, podem e devem surgir espaços a ser ocupados pelos técnico-administrativos. Mais que ocupá-los, deve buscar capacitar-se para tal, de forma que essa participação não se transforme em algo figurativo, exemplificador de uma falsa opção pela democracia. Ao contrário, os técnico-administrativos devem preparar-se para ser, de fato, os "novos sujeitos" da cena universitária.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Antecede quaisquer discussões sobre Avaliação Institucional a questão do padrão de qualidade, que deve ser o ponto norteador do processo avaliativo.

1. Universidade de Padrão Unitário de Qualidade

A defesa de um Padrão Unitário de Qualidade nacional exige, além dos mecanismos que garantam dignidade aos seus trabalhadores e condições de estudo a seus alunos, criação de efetivos instrumentos para uma política permanente de capacitação e avaliação institucional, tanto para o corpo docente como para o corpo técnico-administrativo.

Estes instrumentos de capacitação e avaliação devem estar garantidos, institucionalmente, onde todos os trabalhadores universitários, estudantes e sociedade tenham instrumentos e objetivos permanentes de avaliação e acompanhamento das metas de cada Universidade.

2. Construindo o processo de Avaliação Institucional

A avaliação é parte fundamental da Universidade que se quer. Deseja-se uma Universidade que seja pública, gratuita, de qualidade e com a clareza de que é uma Instituição com uma função social importante num país de terceiro mundo.

Para que essa Universidade possa atuar com clareza e eficácia social, é fundamental que ela se planeje, superando a forma improvisada e expontaneista de administrá-la que tem na atualidade. Está claro que precisamos atuar com Planejamento. Necessita-se ter a clareza do que se deseja construir a curto, a médio e a longo prazo. Para tanto, precisa-se conhecer as virtudes e defeitos, os acertos e erros dos que a integram. É para isso que serve a avaliação.

Parte de um processo integrado de desenvolvimento, a avaliação cumpre o papel de analisar o resultado das ações decididas nos planos estratégicos, levando em conta a existência ou não de recursos materiais ou humanos necessários e adequados à sua consecução. Do resultado da avaliação tem-se condição de corrigir as falhas, sejam elas oriundas de problemas de desenvolvimento institucional, de capacitação dos recursos humanos ou de condições de trabalho.

Tem-se, ainda, a possibilidade de fazer análise de viabilidades, pois, pode-se ter sonhado alto e planejado algo não factível. Enfim, tem-se a possibilidade de refazer cotidianamente o planejamento das ações.

3. O usuário - objeto da ação e sujeito da avaliação

A Comunidade Universitária tem o péssimo hábito de se achar habitante de uma "ilha de conhecimento" onde nenhum intruso deve opinar sobre o que ali se desenvolve. Enquanto continuar assim, ao contrário de ser livre - sensação dos moradores da "ilha" - para pensar e produzir, a Comunidade Universitária se torna cada vez mais escrava do que desejam os virtuais mantenedores - Governo ou Fundações, enquanto que aos reais mantenedores, os mortais comuns que pagam impostos, não se permite que avaliem a instituição.

A Universidade produz uma vasta metodologia de avaliação das organizações que envolvem o usuário como sujeito do processo. O que se propõe aqui é nada mais, nada menos, do que aplicar-se a essas Instituições o que se recomenda para as demais.

O que se defende, aqui, é o envolvimento dos usuários com a produção da Universidade, de tal forma que, ao ser avaliada por eles, possa, realmente, cumprir com qualidade e compromisso a sua função social.



Colocados os pontos centrais de uma proposta para a Universidade, trata-se, agora, de definir a política de intervenção do movimento. Embora tenha ocorrido um acúmulo da Comunidade Universitária, algumas limitações ficam evidentes: o problema da relação com a estrutura e a ocupação dos espaços institucionais; os vícios corporativos e a dificuldade de unificação da Comunidade.

Resistindo ao crescimento do projeto neoliberal, deve-se buscar: aprofundar o processo de democratização, institucionalizando as conquistas obtidas até agora; ocupar, ofensivamente, os espaços institucionais internos; estabelecer laços estreitos entre a Universidade e os movimentos popular e sindical, incentivando os projetos de ensino, pesquisa e extensão nesta direção; garantir a unificação das três categorias com vistas à intervenção comum da Comunidade Universitária na elaboração de um projeto mais global para a Universidade.

Essas propostas têm por objetivo, em primeiro lugar, romper os limites do processo de democratização, garantindo o exercício do poder pela Comunidade Universitária, e, em segundo lugar, avançar em direção a uma proposta que possa representar os anseios da Comunidade Universitária e possibilite a geração de um modelo de Universidade a ser apresentado à sociedade, em oposição ao modelo neoliberal.

Nessa perspectiva, pode-se concluir que o Projeto “Por uma Universidade Cidadã para os Trabalhadores”, ora apresentado, não é, meramente, uma proposta de trabalhadores técnico-administrativos das Universidades brasileiras, mas sim, de toda a classe trabalhadora que tem como compromisso a construção de uma nova sociedade!

FASUBRA 
filiada à **CUT**

FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES
DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS